



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Departamento de Ciências Ambientais  
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL  
Rod. Washington Luís, Km. 235 – Cx. Postal. 676  
CEP: 13565-905 – São Carlos – SP – Fone: (016) 3351-9776



## MONOGRAFIA

### **DEMOCRACIA, MEIO AMBIENTE E A (DES)MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR**

Uma etnografia da (des)motivação para participação política ambiental em São Carlos/SP

Heitor Menezes Gomes

Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira

**SÃO CARLOS – SP**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO E ANÁLISE AMBIENTAL**

**DEMOCRACIA, MEIO AMBIENTE E A (DES)MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR**

Uma etnografia da (des)motivação para participação política ambiental em São Carlos/SP

**Heitor Menezes Gomes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gestão e Análise Ambiental.

Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira

**SÃO CARLOS-SP**

**2024**

# **DEMOCRACIA, MEIO AMBIENTE E A (DES)MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR**

**Uma etnografia da (des)motivação para participação política em São Carlos/SP**

**HEITOR MENEZES GOMES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 06 de fevereiro de 2024 ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Gestão e Análise Ambiental.

.....

**Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira**

## AGRADECIMENTOS

Esta monografia representa o meu primeiro trabalho científico de pesquisa social, a título de Trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, traça o encerramento de um significativo ciclo em minha vida, o fim de uma incursão por uma Universidade Pública. Isso significa o fim, mas também o começo, de uma jornada pelo conhecimento, saber, pela ciência, repleta de autoconhecimento e de pessoas. Por ter tido tantas dessas últimas com papéis fundamentais nesta trajetória, dedico meus agradecimentos a elas.

Agradeço ao Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira por toda a orientação oferecida, não só neste projeto, mas também nas Iniciações Científicas anteriores, as quais foram tão caras para minha formação, responsáveis por me auxiliar a compreender meus objetivos de carreira, meus interesses acadêmicos e meus compromissos sociais.

Agradeço à minha mãe, Mara, por seu desempenho exímio em minha formação pessoal e educacional. Sua atuação enquanto professora de alfabetização, de quem além de me ‘criar’ também me deu aula; seu interesse e dedicação contínuos; seu foco; seu desejo de fazer o certo foram os ingredientes essenciais para meu interesse pelos estudos e pela leitura; para a formação de uma personalidade disposta e compromissada, sem o que não poderia ter encontrado meu caminho.

Agradeço à minha avó, Esmeralda, pelo trabalho reprodutivo que complementou minha formação pessoal e me permitiu crescer saudável, perto da família. Sua personalidade espirituosa e sagaz foi minha inspiração por tanto tempo para buscar independência, criticidade e bom humor diante dos desafios.

Agradeço à minha irmã, Mariana, pela companhia, pelos momentos compartilhados e pelo pavimento que sua experiência de apenas dois anos à frente colocou à minha disposição para trilhar meu próprio caminho com apoio e segurança. Viver ao seu lado tem me ensinado sobre a vida compartilhada e me ajuda a contemplar novos horizontes para nossa terra, nosso trabalho e nosso capital.

Agradeço a todos meus outros familiares, tias e tios, primos, parentes próximos e distantes e também os “amigos da família” que desde cedo me ajudaram quando precisei, de quem ganhei presentes materiais mas também conselhos, ensinamentos, momentos e risadas.

Agradeço a todos os professores por quem já tive a honra de ser ensinado. O estímulo ao conhecimento de que desfrutei durante minha educação básica foi a base da minha

experiência no nível superior, esta também permeada de excelentes profissionais cujas palavras não me foram em vão.

Agradeço aos meus amigos. À Ana Carolina, por me apoiar e estimular a ser sempre melhor; cuja mente é capaz de gerar tantas ótimas ideias, com quem compartilho interesses de pesquisa e compromissos sociais e que me é tão especial. Nossos diálogos e seu gosto pela vida me dá esperanças no mundo. Ao Renato e à Bárbara, pelo companheirismo, pelo apoio, pelas ideias pelos diálogos instigantes em todas nossas diferenças e o interesse por compartilhar as pequenas coisas. À Clara, Beatriz, Gustavo e Marianne pela amizade espirituosa, pelas ajudas, pelos momentos e pelas risadas.

Ao meu companheiro, Guilherme, quem me ensinou a ressignificar o afeto em minha vida. Sou grato pelos momentos que compartilhamos, as coisas boas e ruins, por todas as vezes que cuidou de mim, pelo apoio e carinho, pelo incentivo a fazer e ser melhor, por me ensinar a enxergar as coisas com outros olhos e a ser gentil comigo mesmo.

Finalmente, gostaria de agradecer às pessoas do FCP, as quais me acolheram durante toda a pesquisa, que me ensinaram muito e me mostraram que outros caminhos são possíveis. Sem o apoio e a receptividade de todas elas, esta pesquisa não poderia existir.

“A ecologia-do-mundo pressupõe uma ontologia relacional que reconheça que nossas existências e nossos corpos estão entremeados pelos encontros com uma pluralidade de humanos e uma pluralidade de não humanos. [...] Torna-se possível, assim, reconhecer-se companheiro de um mesmo mundo tido como comum, não porque ele pertenceria a um ou a outro, mas porque mantém juntos uns e outros.” (Ferdinand, 2022, p. 328 e 331)

## **RESUMO:**

As cidades são espaços públicos onde convivem as diferenças. Por isso, o direito ao espaço público urbano configura direito à cidadania, abrangendo todos que vivem ou desejam viver nas cidades. A participação política, para consolidação deste direito, ocorre em âmbito democrático, o qual se estende para além do voto em representantes da vontade do povo. A cidadania dentro da democracia também parte da capacidade das pessoas de se organizarem a fim de exercer influência na organização de seu espaço. Em São Carlos (SP), o Fórum de Cidadãos Participantes é um recente movimento popular que, em parceria com o Ministério Público e o Centro de Estudos em Democracia Ambiental, objetiva a abordar os conflitos ambientais locais participativamente, capacitando os membros à ação política. Tendo isto em vista, a pesquisa buscou compreender a estrutura, as relações, as formas de ação e os efeitos das atividades do Fórum de Cidadãos Participantes no envolvimento presencial e virtual de membros, com fins de aprimorar a participação. Para isso, empregou a metodologia de participação observante, para a qual o pesquisador acompanhou o grupo na condição de membro durante o período de quatro meses, comparecendo a nove atividades presenciais. A coleta de dados se deu por meio de diário de campo. Como resultados, foram identificados e analisados 29 fatores motivadores e desmotivadores, dos quais 19 foram considerados motivadores e 10, desmotivadores. Os fatores foram organizadas em três categorias: Sociabilidade, Organizacional e Política, dentro das classes Motivadores e Desmotivadores. Os fatores analisados convergem fortemente com a literatura, tendo sido identificados em diversas organizações e movimentos participativos. Com estas análises, possibilitou-se sugerir uma sequência de seis etapas para o fortalecimento dos fatores motivadores e a mitigação da ocorrência dos desmotivadores.

**Palavras-chave:** Participação social; Participação observante; Políticas públicas; Motivação; Conflitos ambientais.

## **ABSTRACT:**

Cities are public spaces where differences coexist. Therefore, the right to urban public space constitutes a right to citizenship, encompassing all those who live or wish to live in cities. Political participation, to consolidate this right, occurs within a democratic framework, which extends itself beyond voting for representatives of the people's will. Citizenship within democracy also stems from people's ability to organize themselves to exert influence on the organization of their space. In São Carlos (SP), the Fórum de Cidadãos Participantes is a recent grassroots movement that, in partnership with the Public Ministry and the Center for Studies in Environmental Democracy, aims to address local environmental conflicts participatively, empowering members for political action. With this in mind, the research sought to understand the structure, relationships, forms of action, and effects of the activities of the Fórum de Cidadãos Participantes on in-person and virtual involvement of members, aiming to enhance participation. For this purpose, participant observation methodology was employed, whereby the researcher accompanied the group as a member for a period of four months, attending nine in-person activities. Data collection was done through field notes. As a result, 29 motivating and demotivating factors were identified and analyzed, with 19 considered motivating and 10 demotivating. The factors were organized into three categories: Sociability, Organizational, and Political, within the Motivating and Demotivating classes. The analyzed factors strongly converge with the literature, having been identified in various participatory organizations and movements. Through these analyses, it was possible to suggest a sequence of six steps to strengthen motivating factors and mitigate the occurrence of demotivating ones.

**Keywords:** Social participation; Participant observation; Policies; Motivation; Environmental conflicts.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2. ARCABOUÇO TEÓRICO</b>	11
<b>3. OBJETIVOS</b>	15
<b>4. MATERIAL E MÉTODOS</b>	16
4.1. Grupo de estudo	
4.2. Análise dos dados	
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	18
5.1 Os Fatores	
5.2 Contribuições da pesquisa	
<b>6. CONCLUSÕES</b>	38
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	40

## 1. INTRODUÇÃO

As cidades são espaços públicos onde convivem as diferenças, de maneira que os estudos urbanos apontam a incidência do direito ao espaço público nas cidades como um direito à cidadania abrangendo todos que vivem ou desejam viver nas cidades (Carvalho; Seixas; Seixas, 2023). Neste sentido, o direito à cidadania liga-se fortemente ao planejamento das cidades e, por isso, também à participação política, sendo esta o instrumento de nexo entre aquilo que se faz das cidades e para quem se faz (ou se deveria fazer) as cidades (Carvalho; Seixas; Seixas, 2023).

A participação política não pode ocorrer fora dos espaços informais e institucionais da democracia, entendida frequentemente como o envolvimento igualitário e participativo de todas as pessoas de maneira a definir o poder político por meio de eleições transparentes e direitos de sufrágio (Buzdar; Fatima, 2022). Porém, há democracia para além do voto. A cidadania dentro do contexto democrático também é definida pela capacidade das pessoas de se organizarem das formas mais apropriadas para seus recursos, interesses e limitações a fim de influenciar na organização de seu espaço, exercendo força política (Martins; Barros, 2018).

Neste sentido, a participação política faz parte de um amplo conceito de “participação social”. Pelo uso difuso do termo, Dávila, Zlobina e Álvarez-Hernández (2022) adotam uma sistematização que divide a participação social em participação cívica e participação política. A primeira pode ser definida como as ações que conectam as pessoas sem necessariamente incorrer na mudança social, mas também voltada para ajudar terceiros ou resolver questões comunitárias; a segunda, por sua vez, é entendida pelas autoras como as ações que buscam influenciar questões de cunho político ou gerar mudança social (Dávila; Zlobina; Álvarez-Hernández, 2022). A menção anterior às cidades não torna o exercício da participação social exclusivo ao ambiente urbano, mas tão somente restringe o escopo do presente trabalho.

A relevância da participação social no contexto urbano se justifica a partir do momento em que a cidade e suas transformações são atravessadas por conflitos de interesses e momentos de pactuação entre diversos atores sociais, cada qual com agendas necessariamente distintas (Back; Giulio; Malheiros, 2022). Assim, o planejamento urbano representa importante instrumento de conciliação e conformação de divergências – tanto em nível individual quanto comunitário e organizacional – em direção a um modelo de cidade capaz de, ao máximo possível, representar os diversos anseios de seus atores (Oliveira; Lopes; Souza, 2018).

## 2. ARCABOUÇO TEÓRICO

O Estado democrático, enquanto figura central na vida pública como conhecemos, se justifica a partir da necessidade de “organização, de sanção e de execução” (Habermas, 2003a, p. 171). Esta organização, para Habermas, partiria da necessidade de garantir-se a implementação de direitos e o seguimento dos “programas” da vontade política formada em uma comunidade de direito. Neste sentido, o “poder político só pode se desenvolver através de um código jurídico institucionalizado na forma de direitos fundamentais” (Habermas, 2003a, p. 171).

Este sistema de direitos, para cuja regulação o Estado é formado mas também o qual é formado pela regulamentação estatal, não se constrói somente a partir da perspectiva institucional normativa, mas também “os cidadãos são obrigados a se atribuir [direitos fundamentais] mutuamente, caso queiram regular sua convivência” (Habermas, 2003a, p. 154). Há então, conforme o autor, um potencial de “autolegislação de civis” (Habermas, 2003a, p. 157).

Tal potencial tem capacidade de realização sob a égide da democracia deliberativa, pois para Habermas “o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático.” (Habermas, 2003b, p. 18). Esse processo, dessa maneira, deve atender a uma série de requisitos, como a inclusão de todas as pessoas envolvidas, a garantia de chances reais de participação no processo político, o igual direito ao voto nas decisões, dentre outros critérios. Para o autor, porém, não houve ainda “ordem política [que] conseguiu preencher suficientemente esses cinco critérios apresentados.” (Habermas, 2003b, p. 43).

Neste sentido, Habermas diz que tal “processo democrático estabelece um nexo interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de autoentendimento e discursos da justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais e equitativos.” (Habermas, 2003b, p. 19). Esta via pela qual as decisões são tomadas, especificamente, configura o que correntemente chamamos de ‘democracia’ (Beetham, 1999). Assim, há dois elementos centrais para definir-se democracia: controle popular e equidade política (Beetham, 1999).

Para o autor, a autonomia individual poderia ser considerada sim no processo decisório, mas apenas à medida que as múltiplas visões concorrentes sejam ponderadas. Este enquadramento se sustenta pela liberdade comunicativa de Habermas, definida pela “possibilidade [...] de se tomar posição frente aos proferimentos de um oponente” e

condicionada pelo desejo mútuo de gerar entendimento entre os diferentes proferimentos (Habermas, 2003a, p. 155).

A democracia deliberativa habermasiana, porém, enfrenta também os seus desafios. A literatura aponta como, na teoria deliberativa, há dois pontos principais de conflito: a teoria do discurso e a homogeneização do processo deliberativo. Assim, o primeiro ponto evidencia como o discurso, caro à teoria deliberativa, provoca um efeito de formalização e neutralidade na administração de conflitos de interesses que nem sempre corresponde à realidade ou ao melhor cenário possível (Quintão, 2014). O diálogo, neste contexto, poderia suplantiar o discurso à medida em que permite que o processo deliberativo seja permeado pelos anseios e pelas “paixões” dos atores sociais (Quintão, 2014).

O segundo ponto se manifesta a partir da teoria democrática comunicativa de Young e as “interações face-a-face” (Young, 2006, p. 139). Colocando “em evidência não as práticas discursivas tendentes ao consenso, mas as diferenças, exclusões e repressões a indivíduos e a grupos sociais” (Lima, 2020, p. 6), Young enfoca as “experiências concretas” derivadas destes processos, complementando a teoria habermasiana. O foco da democracia deliberativa em gerar consenso implicaria, na perspectiva comunicativa, em restrição do potencial da pluralidade decorrente dos diversos atores envolvidos. A comunicação, em vez da deliberação, ressalta as diferenças e não as uniformidades, retirando o consenso do rol de objetivos da teoria democrática.

Este efeito homogeneizante da prática deliberativa ocorre em função de que “as normas de deliberação favorecem o discurso geral, protocolar, formal em detrimento de narrativas particulares e movidas pelas emoções em que vêm à tona o corpo e os sentimentos.” (Lima, 2020, p. 14). Destarte, em vez dos discursos, a democracia comunicativa valoriza a narrativa, as particularidades dos atores e defende a emergência do pluralismo a partir da inserção das emoções na cena política.

Outra característica da democracia deliberativa é sua “provisoriedade” decorrente de procedimentos muito objetivos que demarcam claramente no tempo as questões deliberadas. Por isso, no rol de teorias democráticas, a democracia participativa chama a atenção. Estendendo suas raízes ao Contrato Social de Rousseau, esta vertente conheceu seu ápice nos Estados Unidos ainda nos anos 1970 (Quintão, 2014). Apesar de seu declínio nas últimas décadas do século XX, as ideias de envolvimento cidadão direto e em âmbito local para além do momento eleitoral ainda são capazes de fomentar uma teoria democrática amparada na participação política (Quintão, 2014).

No Brasil, a participação direta (aquela que ultrapassa os limites do voto por representantes) tem previsão constitucional e abre caminhos para uma democracia participativa (Albuquerque; Sousa; Oliveira, 2022). Assim como Arnstein (1969, p. 216) conceitua a participação cidadã como “um termo categórico para poder cidadão”, a Constituição Federal brasileira diz, logo em seu artigo primeiro, parágrafo único, que “Todo o poder emana do povo” (Brasil, 1988). Estes dizeres possuem força discursiva, mas deve-se promover “poder real” para as pessoas por meio de participação que decorra em “redistribuição de poder” para além de meros “rituais vazios de participação” (Arnstein, 1969, p. 216).

A necessidade de se enfatizar a redistribuição de poder no processo decisório e de formulação de políticas públicas deve-se à facilidade com que tais processos, quando promovidos sob discursos de neutralidade, voltam-se a interesses de poder específicos (Fischer, 1993). Estes aspectos devem ser mantidos claros nos processos participativos para que não se caia em armadilhas tecnocráticas de tomada de decisões que apenas se pretendem objetivas (Fischer, 1993). Assim defende Fischer (1993, p. 167, tradução própria), segundo o qual, em consonância com Arnstein (1969), “democratas participativos demandam uma associação mais direta entre cidadãos e os processos de tomada de decisão política” em busca da “equalização das desigualdades de poder em processos decisórios particulares” (Carpentier, 2016, p. 72, tradução própria).

Concretizar os princípios da democracia participativa, porém, não se apresenta como tarefa simples. Processos participativos, mesmo institucionais, mobilizam uma “abundância de conceitos” que “produz um nível de complexidade analítica difícil de se lidar” (Carpentier, 2016, p. 77, tradução própria). Ainda mais no caso brasileiro, onde o modelo decisório une um sistema representativo “construído sobre diversos problemas de projeto” com um sistema participativo que age para complementá-lo em legitimidade (Avritzer, 2019, p. 2, tradução própria).

Ainda que a Constituição brasileira possa ser considerada um bom exemplo de sistema misto entre a representação e a participação, esta última também enfrenta problemas para continuar legitimando um sistema representativo deficitário (Lavalle; Houtzager; Castello, 2006; Avritzer, 2019). Por conta da forte presença de interesses privados nas instâncias representativas a partir de *lobbying*, a confiança popular no sistema representativo vem sendo minada. Tal sistema, então, tem sido contornado por grupos que apelam ao judiciário para apresentar suas demandas, em vez de valerem-se dos canais participativos (Avritzer, 2019).

Avritzer (2019, p. 10, tradução própria), neste sentido, indica uma crise na participação brasileira a partir da erosão de sua capacidade de “gerar legitimidade para o sistema político atual”. Muito deste desgaste decorreu das transformações da participação brasileira sofridas a partir de 2013, quando a incapacidade do então Movimento Passe Livre em se politizar cindiu as bases participatórias nacionais consolidadas com as Conferências Nacionais desde 2003 e abriu espaço para a ocupação do movimento de participar por parte de classes mais conservadoras (Avritzer, 2017).

Neste cenário, produz-se estratégias para fazer-se ouvido, como o apelo ao judiciário mencionado anteriormente. A indiferença, ou a não participação, conduz a respostas mediante a violências postas na escala do planejamento urbano pela racionalidade científica (Cerasoli, 2015). A percepção da incapacidade de legitimação da tomada de decisões a partir da participação é muitas vezes indicada pela indiferença enquanto sintoma de uma estratégia política. No caso do urbanismo especialmente, visto como ele se baseia em “intervenções *práticas*, objetivadas no meio urbano e indiretamente atuantes sobre o social [...] [de forma a] transformar os modos particulares de vida” (Cerasoli, 2015, p. 363).

Enquanto estratégia política, portanto, a indiferença não é suficientemente desestimulada pela mera criação de espaços para participação, visto que os custos em participar frequentemente superam os benefícios obtidos de um processo erodido (Empinotti, 2011). Acaba sendo mais eficiente, em muitos casos, a negociação direta com o governo em oposição à participação formal em instituições projetadas para tal. Por meio da negociação direta, muitos atores veem oportunidades de trabalharem em suas agendas sem envolver-se em processos participativos de diálogo com diversos outros atores que talvez não tenham a mesma influência sobre a decisão final (Empinotti, 2011).

Dadas tais dificuldades, a indiferença pode tomar outras formas que não a estratégia política. No pior dos cenários, pode degenerar-se em desmotivação para participar. A motivação para participação é grandemente relevante e sensível em contextos sociopolíticos de países cujas democracias são relativamente recentes. Esta dinâmica pode influenciar na importância que as pessoas atribuem à participação, bem como em sua motivação para exercê-la (Martins *et al.*, 2021).

De maneira geral, a motivação para participar está relacionada com a eficiência política (*political efficiency*) percebida pelas pessoas. O conceito de eficiência política define-se como a percepção de que ações individuais têm ou podem ter impactos no processo político (Campbell *et al.*, 1954 *apud* Chen; Bai; Wang, 2019). Além disso, o termo pode estender-se à internet, relacionando-se à possibilidade de que seu uso possa promover senso de

empoderamento político (Sasaki, 2016). Mesmo assim, deve-se manter atenção no fato de que a eficiência política percebida através da internet mantém seus efeitos, em geral, apenas no ambiente virtual (Chen; Bai; Wang, 2019).

Diversos fatores têm sido apontados como diretamente relacionados com a motivação para participar, em especial faixa etária e escolaridade (Silva; Kemer; Mont'Alverne, 2023). Prysmakova (2019) aponta a relevância dos valores das instituições em que as pessoas se organizam para participar na motivação para tal, considerando para esta análise a estrutura de funcionamento, a lógica institucional e outros fatores que permitem enquadrar as organizações em “campos organizacionais” diversos e que, portanto, influenciam de diversas maneiras na motivação para participar das pessoas envolvidas.

Também é afetada pela idade das pessoas participantes, havendo especificidades para o envolvimento de pessoas jovens e da terceira idade (Dávila; Zlobina; Álvarez-Hernández, 2022; Martins *et al.*, 2021; Jacobsen; Casalaspí, 2018); religião e sistema de crenças (Buzdar; Fatima, 2022); hábitos de consumo informacionais, como anúncios (Karl, 2021); pertencimento a grupos sociais e étnicos (Phoenix, 2020; Wyatt; Doldor; Tresh, 2023); profissão e organização sindical (Kerrissey; Wilkerson; Meyers, 2021); situação de vulnerabilidade (Vestby, 2019), dentre outros possíveis fatores.

Assim, evidencia-se o caráter marcante da motivação para participar de ser multifatorial. A literatura demonstra como não apenas ela decorre de diferentes elementos, mas também como estes elementos variam entre diferentes grupos (idosos e jovens, brancos e negros) e dentro de um mesmo grupo (grupo de idosos em que cada pessoa se motiva por uma razão diferenciada). Fica claro, assim, que a motivação ocorre em função do contexto e história de vida de um indivíduo ou grupo, e que sua investigação deve estar preparada para lidar com esta pluralidade de significados.

### **3. OBJETIVOS**

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender, com fins propositivos para aprimorar a participação, a estrutura, as relações, as formas de ação e os efeitos das atividades do Fórum de Cidadãos Participantes (FCP), um recente movimento popular em São Carlos/SP, no envolvimento presencial e virtual de membros(as) já participantes e outros(as) que venham a participar.

Como objetivos específicos, o trabalho buscou: avaliar o perfil geral da composição do FCP; entender as motivações dos integrantes do FCP; propor ações para ampliar o escopo de

atuação e melhorar o envolvimento e a autonomia do grupo e refletir sobre o aspecto intergeracional presente no grupo e seus impactos na sua organização e funcionamento.

## **4. MATERIAL E MÉTODOS**

### **4.1 GRUPO DE ESTUDO**

A pesquisa realizada enfocou o Fórum de Cidadãos Participantes (FCP). O FCP nasceu da iniciativa do Centro de Estudos em Democracia Ambiental (CEDA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), localizado no município de São Carlos. Nesse sentido, o FCP atua com os objetivos de incentivar e capacitar a população a atuar nos Inquéritos Cíveis (IC) do município, junto com o MP-SP por meio de uma metodologia participativa inovadora que possa ser replicada em outros municípios visando a solução de questões e conflitos ambientais (FCP São Carlos, 2023).

O escopo de atuação presente do grupo passa principalmente pelas temáticas de saneamento e áreas verdes urbanas, visto que já trabalhou com destinação irregular de resíduos e, mais recentemente, com abastecimento de água e qualidade hídrica. O Parque do Bicão é também uma pauta representativa de sua atuação, enquanto área verde urbana percebida como dotada de grande potencial, mas sem os necessários investimentos para oferecer qualidade de vida à população.

O grupo é composto atualmente por 55 participantes, dos quais em torno de 10 são participantes ativos e regulares dentro e fora das mídias sociais. A presente pesquisa foi conduzida apenas com estas pessoas regularmente envolvidas nas atividades do grupo. Assim, o critério de inclusão para o grupo de estudo foi ser membro ativo do FCP, participando regularmente das discussões e atividades. Foram excluídas do grupo pessoas cuja participação no grupo se resumia a apenas compartilhar informações nas mídias sociais ou cuja presença nas atividades presenciais é baixa e esporádica.

Ao grupo de 55 pessoas foi encaminhado um formulário de quatro perguntas objetivas, com retorno de apenas 8 respostas. Sendo esta amostra representativa das aproximadamente 10 pessoas regularmente ativas, permite conhecer um pouco do perfil das pessoas envolvidas no FCP. 75% possuem entre 50 e 70 anos (6 respondentes), com um participante entre 15 e 30 anos e um entre 30 e 50 anos. Também 75% se identifica como pessoa branca, enquanto 25% (dois respondentes) se identificam como pessoas pardas. Dos respondentes, 50% têm

escolaridade de nível médio (duas pessoas com ensino médio completo e duas com ensino médio incompleto), 25% (dois respondentes) pós-graduados, uma pessoa com ensino superior completo e uma com ensino superior incompleto. Três pessoas (37,5%) têm renda familiar média entre 1 e 3 salários mínimos, 25% (dois respondentes) entre 7 e 10 salários mínimos, uma com 1 ou menos salário mínimo, uma com 4 a 6 salários e uma com 10 ou mais salários mínimos.

O local de realização da pesquisa, por sua natureza etnográfica, se deu em quaisquer espaços de encontro presencial para reuniões ou atividades planejadas pelos membros do grupo. Exemplos desses espaços podem ser espaços públicos, como praças, prédios do poder público municipal ou espaços privados como salas alugadas para reuniões, casas de particulares para confraternizações, dentre outros.

## **4.2 ANÁLISE DOS DADOS**

A pesquisa usou como metodologia a participação observante. Conforme descrito por Peruzzo (2017), a participação observante é uma metodologia de pesquisa participativa intermediária entre a observação participante e a pesquisa-ação participativa. Trata-se assim por admitir um nível maior de envolvimento do pesquisador no grupo investigado, mas não tão profundo quanto na pesquisa-ação participativa. Assim, enquanto nesta o grupo assume papel de coautor na definição de objetivos de pesquisa e também na produção e interpretação de resultados, na participação observante reserva-se maior autonomia ao pesquisador nestas operações.

Seguindo os pressupostos da participação observante, essa pesquisa deverá partir da atuação do pesquisador no grupo envolvido, envolvendo-se nas atividades, acompanhando e vivendo as situações conjuntamente com o grupo. Esta participação pode dar ao pesquisador voz dentro do grupo, bem como a possibilidade de desempenhar papéis a depender do contexto. Também deve ser de conhecimento do grupo as intenções do pesquisador, dando-lhe anuência para proceder conforme decidido em acordos preestabelecidos (Peruzzo, 2017).

Finalmente, também espera-se comprometimento do pesquisador a produzir e interpretar resultados que sejam devolvidos ao grupo, se possível até cuja elaboração seja acompanhada por ele, a fim de que o grupo saiba o que se produziu acerca dele mesmo, além de permitir que tais resultados sejam utilizados pelo grupo em processos de autoconhecimento ou para aplicação prática (Peruzzo, 2017).

Desta maneira, a pesquisa adotou a perspectiva do “ser afetado” de Favret-Saada (2005). Segundo a antropóloga, o trabalho de etnografia “puro” praticado nas tradições clássicas em pesquisa social pressupõe um distanciamento entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa que, antes de cobrir o trabalho de objetividade científica, deturpa os resultados tanto com a falta de honestidade em assumir o pesquisador como uma entidade aculturada como pelo fato de que um etnógrafo distanciado inibe conhecimentos “reais” sobre um grupo. Isso se dá a partir da distância que é colocada pelos próprios “sujeitos-objetos” da pesquisa ao não reconhecer no pesquisador um sujeito potencialmente compartilhador de suas experiências culturais (Favret-Saada, 2005; Bertolini, 2020).

A participação observante foi escolhida como metodologia para orientar o trabalho a fim de estimular uma conexão real entre os sujeitos envolvidos em todas as fases da pesquisa. Para coleta dos dados, foi utilizada a metodologia do diário de campo conforme sistematizada por Cachado (2021). Seguindo-se os preceitos do diário de campo, o pesquisador participou do grupo seguindo os conceitos anteriormente definidos da participação observante e, após o término de cada dia destas atividades, reservou momentos de reflexão e introspecção para anotação de toda informação possível sobre os eventos do dia. Esta anotação deverá se dar após a participação a fim de que toda a atenção durante a realização dos eventos e reuniões seja direcionada à observação, além de evitar constrangimentos para as pessoas envolvidas – não convém fazê-las sentirem-se como “experimentos” (Cachado, 2021).

Assim, o pesquisador participou de 10 (dez) encontros de aproximadamente 2 (duas) horas de duração cada. Estes encontros são variados, caracterizando como reuniões internas do grupo, presença em audiências públicas da Câmara Municipal de São Carlos, participação em mutirões de coleta de lixo, confraternizações e atividades afins. A participação observante do pesquisador não envolveu intervenção no grupo, vez que figura dentre os membros como membro ele próprio, desempenhando tarefas compartilhadas com todos. Em nenhum momento as pessoas foram abordadas diretamente para coletar dados. A ferramenta utilizada para análise do diário de campo foi sua indexação, ou seja, a distribuição dos acontecimentos em categorias tais como “religião”, “família”, “gênero”, dentre outras.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira, 5.1 Os Fatores, são tratados os resultados obtidos com a participação observante já indexados. Estes resultados serão tratados já em conjunto com uma dimensão comparativa com a literatura. Na segunda

subseção, 5.2 Contribuições da Pesquisa, será discutida uma possibilidade de estrutura de ação para fortalecer-se os fatores motivadores e diminuir os impactos dos fatores desmotivadores. Os trechos destacados em itálico nesta seção são representativos de falas de pessoas do grupo compartilhadas em campo, quando não forem meros sinalizadores de termos estrangeiros. Todos os nomes foram alterados para outros fictícios, a fim de preservar a privacidade dos sujeitos de pesquisa.

## **5.1 OS FATORES**

Os fatores foram organizados, a partir da indexação do diário de campo, em três grandes categorias: Sociabilidade, Organizacional e Política (Tabela 1). As categorias foram aplicadas tanto para os fatores motivadores quanto para os desmotivadores. Desta maneira, foram identificados um total de dezenove (19) fatores motivadores e dez (10) fatores desmotivadores. Destes, a distribuição entre categorias seguiu da seguinte forma: para os fatores motivadores, foram identificados sete (7) fatores de Sociabilidade, quatro (4) de Organizacional e oito (8) de Política. Entre os fatores desmotivadores, foram identificados dois (2) de Sociabilidade, três (3) de Organizacional e cinco (5) de Política.

A primeira categoria, Sociabilidade, diz respeito a todos os fatores relacionados ao estabelecimento de relações sociais pelos participantes. Foram considerados, para esta categoria, elementos de círculo de amigos, participação em questões comunitárias, facilidade para fazer novos contatos e mobilizar pessoas para as atividades. A segunda categoria, Organizacional, se refere a fatores relacionados ao próprio grupo e seu funcionamento, bem como as funções desempenhadas pelos membros.

A terceira categoria, Política, concatena fatores relacionados ao cenário político local, à relação das pessoas com o sistema político local e seus atores, bem como suas percepções referentes aos processos decisórios, aos atores e à estrutura do sistema político em geral. Tendo esta categorização em vista, a seguir serão explicitados os fatores em detalhes, com referências às situações observadas que desencadearam a identificação de cada fator.

Tabela 1 – Categorização dos fatores motivadores e desmotivadores observados no FCP

	Categoria	Fatores
Motivadores	Sociabilidade	Extroversão Redes de sociabilidades Mobilização comunitária Capital social Compromisso Capacidade de mobilização Intergeracionalidade
	Organizacional	Cultura organizacional Pertencimento Responsabilidade Liderança
	Política	Impacto nas redes sociais Proximidade com o poder público Midiatização e visibilidade Facilitadores Inspiração Desunião <i>Bottom-up</i> Conceituação
Desmotivadores	Sociabilidade	Vergonha Comunicação
	Organizacional	Fundação Horizontalidade Sobrecarga
	Política	Proximidade com o poder público Opacidade Desunião Burocracia Conceituação

Fonte: Autoria própria.

### 5.1.1 Fatores Motivadores: Sociabilidade

A maioria dos fatores motivadores de sociabilidade se relacionam à capacidade de formação de comunidades e mobilização de grupos em torno da pauta ambiental. O primeiro ponto se encontra justamente na personalidade das figuras de liderança do grupo: são, em sua maioria, de perfil extrovertido, comunicativo. Este aspecto facilita, conforme observações de campo, com que as pessoas interajam a partir da iniciativa destas figuras, além de que a posição de liderança destas pessoas facilita a mobilização de outros membros para as atividades e a cobrança de tarefas e prazos. Além disso, o perfil de extroversão facilita uma série de outros fatores tratados posteriormente, como a proximidade com o poder público e a liderança. Para ter esse perfil, é necessário, antes de tudo, não ter vergonha, como disse uma participante: *eu não tenho vergonha, eu não acho que a gente deva ter vergonha de fazer a coisa certa.*

Os fatores Redes de sociabilidade, Mobilização comunitária, Capacidade de mobilização e Capital social serão trabalhados em conjunto, por conta de sua forte interdependência. De maneira geral, estes fatores, cada um à sua maneira, dizem respeito ao conjunto de atores que fazem parte da rede de relações de membros do FCP, ao envolvimento que essas pessoas possuem com suas comunidades e contextos locais e à capacidade de mobilização de outros atores para as discussões e ações do grupo.

Por exemplo, em campo houve ocasiões em que figuras de liderança se dirigiam de forma direta com representantes do poder público. Ao entrarmos na Câmara de Vereadores de São Carlos para que o FCP se apresentasse aos representantes do legislativo, uma figura pública que saía da Câmara naquele momento, de terno e pasta em mãos, cumprimentou uma das participantes: *E aí, como tá o Bicão?*, referindo-se a uma área verde urbana para a qual há uma associação de moradores e da qual ela faz parte. Demonstrando apoio ao grupo e intimidade com a figura, ela responde *Tá bem, mas hoje não to pelo Bicão, to pelo FCP: Fórum de Cidadãos Participantes.*

O conhecimento prévio entre essas pessoas e os representantes, enquanto fator motivador, era fundamental para fazê-las a vontade ao ponto de colocarem suas demandas sem mais delongas. Não apenas ter tais representantes na sua rede de relações, constituindo um capital social relevante (Bodart, 2016), mas também conhecendo muitas das pessoas participantes do FCP ou então conhecendo pessoas em comum com outros membros tinha grande influência na capacidade de articular interesses com o poder público.

Dentro do próprio grupo, a capacidade de articulação muitas vezes era facilitada por essas redes compartilhadas e o fato delas se constituírem a partir do envolvimento com questões locais e comunitárias, sendo um exemplo de incentivo solidário (Bezerra; Gouveia Junior; Cavalcante, 2022). As pessoas se conheciam, conheciam seus problemas, conheciam suas opiniões sobre esses problemas. Isso impulsionava a força com que as pessoas eram capazes de mobilizar outras dentro de suas redes de contatos a fim de aumentar o impacto das atividades do FCP. Este fator pôde ser observado em uma reunião do FCP com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de São Carlos, em que as pessoas que estiveram à frente das discussões cobraram o servidor responsável de forma direta e clara, sempre referenciando problemas em seus bairros e entornos e como as vidas das pessoas estavam sendo afetadas.

Ainda conectado a esses aspectos, o fator Compromisso também é importante motivador. Sua relação com as sociabilidades dentro do FCP se baseia a partir do fato de que esta rede que se estabelece entre os participantes fortalece o senso de compromisso para com as tarefas. O pesquisador, enquanto participante, experienciou este nexos em diversas ocasiões ao se sentir compelido a contribuir para atividades não apenas por um compromisso com a pesquisa, mas também com as pessoas que conhecia ali dentro e com as expectativas que depositavam sobre sua figura e seu desempenho. Por isso, o senso de compromisso é dependente da sociabilidade entre membros.

Ainda neste caso, as expectativas não refletiam um conhecimento prévio das pessoas sobre a personalidade do pesquisador e a forma de se trabalhar, mas mais por um interesse em verificar um potencial percebido. As pessoas, mais do que já esperar algo, buscavam saber quanto longe estaria disposto a ir, em que estaria disposto a se envolver e quais tarefas aceitaria.

Um exemplo claro disto em campo pode ser construído a partir de uma das atividades realizadas pelo FCP em 2023: participação em um mutirão de limpeza internacional. Em um encontro prévio, participantes expuseram sua desconfiança de que o pesquisador, o único jovem ali e ainda um pesquisador dentro do grupo, participaria do desafiador evento. Diziam *você vai participar com a gente do mutirão, não é?* Diante da afirmativa, outra pessoa entrevistou dizendo que *ah, ele é estudante, inventa uma desculpa qualquer no dia e volta pra cidade dele.*

De fato, poderia ter usado desta estratégia para não participar de um dia cansativo como foi o dito mutirão. Porém, se o tivesse feito, não apenas teria comprometido campo da pesquisa e confirmado suspeitas sobre meu real envolvimento no grupo – teria, além de tudo, rompido com um compromisso criado para com aquelas pessoas de cumprir o que tinha sido

propósito fazer e participar, auxiliando no comprometimento com o grupo (Bernd *et al.*, 2022). Este senso de compromisso talvez não teria sido possível se não existissem ali fortes laços entre as figuras de liderança e participantes.

Como último fator motivador desta categoria, a Intergeracionalidade também demonstrou um papel importante para a motivação das participantes. Em âmbito interno, a presença enquanto o único jovem participante animava as pessoas a inspirar as futuras gerações e trabalhar pelo seu bem-estar. Em diversas ocasiões, soltavam brincadeiras como *ele pode fazer isso pra gente, né? Um moço jovem, ele sabe mexer nessas coisas e pode ajudar*. A intergeracionalidade, nesta perspectiva, potencializa o escopo de atuação do FCP ao ampliar o conjunto de habilidades e familiaridades de que cada geração dispõe, de forma geral.

Em âmbito externo, participantes demonstravam interesse em trabalhar pelo bem-estar das futuras gerações, enxergando nos jovens potencial para herdar o mundo. Apesar disso, também há indignação frente ao baixo envolvimento de juventude em questões locais. O desejo de cooptar jovens para posições de liderança em associações de bairro e outros movimentos, manifesto em campo, representa um fator motivador à medida que tal indignação e necessidade impulsiona ações de sensibilização ambiental, por exemplo. Em uma visita a áreas de obras de saneamento em parceria com o SAAE, uma das participantes abordou jovens, presentes a pretexto de uma disciplina de graduação, para perguntar de que bairros eles vinham. Quando uma jovem respondeu que vivia no Aracy, a participante disse *Poxa, do Aracy? A gente tá precisando muito de lideranças jovens ali*. A necessidade de ampliação de envolvimento de jovens nestas pautas é sentida em outras organizações (Sabioni; Ferreira; Reis, 2018)

### **5.1.2 Fatores Motivadores: Organizacional**

Em termos de funcionamento do FCP, o ponto mais relevante observado foi a cultura organizacional. Entendida como "a identidade da empresa que é exposta pela forma como a mesma institui os seus negócios e trata os seus colaboradores e *stakeholders*" (Santos, Ribeiro, 2023), a manifestação mais recente da sua importância para o FCP foi a confecção e distribuição gratuita de camisetas para seus membros (Figura 1), com o logo do grupo. Com a intenção de levar as pessoas "uniformizadas" para as atividades, esta iniciativa animou muito as pessoas mais engajadas.



Fig. 1: Primeira versão da camiseta do FCP distribuída aos membros. Fonte: autoria própria.

Por muitas reuniões após a primeira distribuição, pessoas ainda apareciam presencialmente para dizer que gostariam muito de conseguir uma camiseta para si, lamentando ter perdido a oportunidade anterior de retirada, demonstrando que recompensas materiais são relevantes motivadores (Bezerra; Gouveia Junior; Cavalcante, 2022). Felizmente, todas as interessadas tiveram sua chance, e as camisetas foram distribuídas a todo mundo minimamente engajado nas atividades presenciais. O uniforme motivava as pessoas, demonstravam animação frente ao seu recebimento e se orgulhavam de portar aquele logo (Figura 2). Em uma reunião interna preparativa para o encontro com o SAAE anteriormente mencionado, uma líder expressou que *é importante a gente ir todo mundo com a camiseta do FCP pra mostrar resultado*. Inclusive, neste encontro o servidor responsável por recepcionar, ao avistar os membros reunidos na sala de espera, leu as camisetas em voz alta, perguntando *Fórum de Cidadãos Participantes, é isso? É um movimento?*.



Fig. 2: Visita a áreas de obras hidráulicas para diagnóstico ambiental participativo. Fonte: autoria própria.

Por conta disto, a cultura organizacional é potencializador do senso de Pertencimento, outro fator motivador (Freitas; Spiegel, 2022). Sentir-se acolhido pelo grupo, poder dizer que faz parte dele e afirmar com orgulho que por meio dele se desenvolve trabalho de impacto social e político parecia um sentimento compartilhado por muitas participantes. Normalmente, este sentimento vinha à tona em discursos das figuras de liderança quando do encerramento de atividades presenciais, em especial ações como o mutirão de limpeza ou confraternizações para comemoração de resultados. Ao final da confraternização de comemoração de um ano do FCP, as principais figuras de liderança do grupo fizeram discursos para expressar suas satisfações com os resultados, afirmando ser  *muito importante fazer parte de algo que tá dando certo e que empodera o povo*.

Neste sentido, pertencer também significa ser parcialmente responsável pelo desempenho coletivo. Por isso, o fator motivador Responsabilidade figura dentre aqueles observados em campo. Indico, para este fator, que tomar responsabilidade por tarefas do grupo, quando de forma assertiva e bem gerenciada, pode auxiliar na motivação. As figuras de

liderança, em diversas oportunidades, exprimiam o sentimento de que não poderiam negligenciar seu dever para com o grupo por serem responsáveis diretas por tarefas que determinavam diretamente o funcionamento do FCP.

Vale aqui um exemplo do pesquisador. Na dita reunião com o SAAE, foi de sua responsabilidade tomar notas das discussões e dos acordos tomados naquela reunião. Esta incumbência elevou seu nível de participação à medida que não apenas afastou a possibilidade de que tomasse uma postura de observador passivo externo, mas também impediu com que acompanhasse apenas casualmente o que era dito. Para concluir com êxito a relatoria, deveria estar atento e imerso na atividade, sem distrair-se.

Tomar a posição de liderança dentro do grupo também representou um grande fator motivador, visto como representa uma grande responsabilidade. Para além da ótica da líder, porém, as figuras de liderança do FCP também exercem efeitos positivos sobre a motivação de outras participantes. Por terem bom desempenho nos fatores motivadores de sociabilidade, as líderes do FCP são capazes de mobilizar seu capital social a fim de tornar as pessoas interessadas nas questões locais e no grupo. Isto se expressou fortemente quando pessoas de fora do FCP participaram voluntariamente do mutirão de limpeza a título de comporem o “fã clube” das *Gabizetes* de uma das figuras de liderança do FCP.

### **5.1.3 Fatores Motivadores: Política**

Inicia-se a análise tratando-se conjuntamente de dois fatores similares, de maneira a explicitar suas diferenças: Impacto nas redes sociais e Mídiação e visibilidade. Apesar de ambos tratarem de visibilidade, de certa maneira, as abordagens diferem. Em diversas falas e conversas, há grande importância atribuída às redes sociais pelas pessoas. Neste caso, motivam-se para além de apenas visibilidade: é a capacidade de trocas de informações que protagoniza o potencial percebido das redes sociais.

As pessoas demonstraram valorizar grandemente o compartilhamento de notícias, de convites a atividades e de divulgação de eventos por meio das redes sociais. Além, é claro, da possibilidade de compartilhar o próprio grupo e seus resultados (Karhawi, 2021). O desabafo de uma participante ilustra isto bem, já que ela não entende *como pode cada um ter não sei quantos seguidores, e quando a gente vê só tem 100 compartilhamentos na publicação. As pessoas precisam se mobilizar, fazer isso ter alcance!*. O grupo possui duas contas principais, no Facebook (com 120 e 147 seguidores) e Instagram (com 99 seguidores). Nestas redes

costumam divulgar suas atividades, convites a mobilizações e a participação em audiências (Figura 3).



Fig. 3: Divulgação de audiência pública postada no instagram do FCP. Fonte: FCP, 2024.

No caso da Midiatização e visibilidade, porém, a motivação relaciona-se ao aparecimento em veículos formais de comunicação, como jornais. A reunião com o SAAE (Figura 4) foi acompanhada por uma jornalista, e por isso as participantes afirmavam a importância do grupo e suas atividades serem noticiadas para espalhar conhecimento a respeito da participação local, das questões ambientais e das possibilidades de ação. Também julgaram a importância de que o grupo se torne conhecido, a fim de fortalecer seu impacto sobre a tomada de decisão. A percepção de que o grupo é noticiado, então, motiva as pessoas a participar pois, além da visibilidade *per se*, cria-se com isso um sentimento generalizado de validação dos resultados do FCP.



Fig. 4: Reunião com representante do SAAE (de camisa branca) nas dependências de um prédio administrativo da autarquia. Fonte: autoria própria.

Além disso, a visibilidade formal e informal vincula-se ao fator motivador Inspiração. Com este fator, representa-se especificamente o desejo de que as ações do FCP inspirem outras pessoas a tomar iniciativa frente às questões locais. A visibilidade fomenta este desejo, e perceber que este objetivo foi alcançado atua como fator motivador. E ele pode ser alcançado, em escala local. Durante o já referido mutirão, um senhor que passava pelo local fez questão de interagir com os participantes e elogiá-los para dizer que a iniciativa o havia comovido e que possivelmente inspiraria outros, talvez *ovens que ficam pensando besteira*.

A Proximidade com o poder público (Figura 5) e o apoio de Facilitadores também são fatores motivadores complementares. O primeiro representa um recorte do capital social das participantes do FCP, em especial as líderes. Muitas conhecem figuras importantes dentro do cenário político local, como membros do legislativo, executivo e servidores públicos em posições administrativas relevantes para a tomada de decisão. Nos encontros na Câmara Municipal e no SAAE, as pessoas cumprimentavam sem cerimônia essas figuras, trocavam leves comentários pessoais e referiam eventos em comum.



A percepção de que são capazes de pressionar pelas demandas sociais contribui para o fator motivador *Bottom-up* ("de baixo pra cima"), ou seja, a capacidade de atores-chave participarem dos ciclos das políticas públicas e protagonizarem este processo (Tavares *et al.*, 2023). Em um discurso proferido pelas lideranças na confraternização de comemoração do aniversário de um ano do grupo, reforçaram a importância de que continuem com as atividades a fim de exercer poder cidadão em escala local para que as decisões sejam tomadas em prol do povo.

Outro fator recorrente nas falas das participantes refere-se à Desunião entre forças políticas e sociais. Em diversas ocasiões, reclamou-se do fato de que os interesses políticos do povo se dividem em grupos e partidos cada vez mais fragmentários, o que enfraquece a capacidade de mobilização popular. Há, porém, potencial motivador neste cenário a partir do momento em que, à parte do desânimo, as pessoas veem aí possibilidades de ação, de comunicação e diálogo com as diferentes forças a fim de sugerir pautas, projetos e ações em comum. Como disse uma participante durante uma viagem de carro, *tem que juntar esse povo aí e botar a coisa pra funcionar*.

Finalmente, o fator Conceituação diz respeito à maneira como participantes interpretam, compreendem e reagem às noções de "política", "partidos", "interesses", "políticos" e outros conceitos correntes do cenário político local. Para ser motivador, estas interpretações, no grupo, passam por um entendimento da política enquanto arena de interesses, na qual os atores, o FCP incluso, devem constante e continuamente se mobilizar para pressionar pelas suas demandas. As pessoas que enxergam a política nestes termos demonstraram maior aceitação frente à participação institucional e aos órgãos e burocracias estatais, bem como à complexa disputa por interesses que permeia a prática política. Em uma discussão entre duas pessoas com visões opostas sobre política, uma delas afirmou que *é como minha mãe dizia, política é uma briga eterna e a gente tem que estar disposto a isso*.

#### **5.1.4 Fatores Desmotivadores: Sociabilidades**

A comunicação é uma parte fundamental das relações sociais estabelecidas dentro do FCP. Por isso, analisarei brevemente os aspectos negativos da forma como a comunicação se dá entre as participantes a partir de experiências pessoais. Tratarei da Vergonha e da Comunicação conjuntamente, pois são complementares e causais. A comunicação em questão refere-se a episódios de pouca assertividade, podendo ser praticada dentro do grupo

por meio de um tratamento verbal por vezes incisivo e cobranças pouco assertivas. Este caso será exemplificado a partir de uma experiência pessoal do pesquisador, sobre a qual constrói-se a hipótese de que a impressão obtida deste momento possa se estender a outros participantes.

O pesquisador estava se direcionando, de carona, para o local junto de mais duas pessoas, uma delas sendo uma integrante muito presente no FCP. Ela questionou-o acerca de uma tarefa do grupo sobre a qual estava responsável. Foi, então, tomado de vergonha, pois já havia procrastinado consideravelmente tal dever. Ao responder, em tom de desculpas, que ainda não havia conseguido trabalhar naqueles afazeres (que consistiam em disparar alguns emails), ela diz *Ah, cara, então desencana, sabe? É tão difícil assim mandar um email?*. Por mais que todos dissessem que *ela é assim mesmo* – e com base nisso constrói-se a hipótese de que este sentimento possa se aplicar a outras pessoas e suas motivações – o pesquisador não conseguiu deixar de se sentir impactado pelo tom usado nesta cobrança. Estava sendo afetado.

Alguns pontos merecem destaque a partir desta experiência. Em primeiro lugar, percebeu-se que, a partir da afetação sobre o pesquisador pelas condições do campo, pôde experienciar o que talvez outras pessoas do grupo tenham sentido em outros momentos em relação à comunicação com a liderança do grupo. Talvez outras pessoas tenham se ofendido pelo tom incisivo comum à comunicação interna e isso, possivelmente, determina em certa medida o fenômeno da participação. Afinal, se um membro não se identifica com o modelo de liderança, pode sentir-se desmotivado a continuar fazendo parte das atividades do movimento. O pesquisador, em particular, sentiu-se desmotivado por um tempo a se comprometer com outras tarefas. Decorre, desta modalidade comunicativa, possível vergonha capaz de potencializar o afastamento do indivíduo do grupo (Lopes *et al.*, 2019).

### **5.1.5 Fatores Desmotivadores: Organizacional**

Um possível fator motivador para o FCP está no fato de ainda ser relativamente recente. Aqui sugere-se que a recente Fundação do grupo possa ainda oferecer entraves a uma fluidez organizacional. Muitas pessoas ainda estão se conhecendo, e os membros ainda estão no processo de descobrir e testar o que funciona para eles ou não. Assim, portanto, há o risco de que o fato do grupo estar ainda em suas fases iniciais seja desmotivador para o observador externo, visto que deveria participar de um grupo novo, com pessoas novas, e com um funcionamento ainda pouco consolidado em termos organizacionais.

Neste sentido, o atual modelo de funcionamento pode atuar como fator desmotivador. A Horizontalidade do grupo tal como ocorre dificulta a organização e distribuição de tarefas bem como o processo de acompanhamento delas. Ao mesmo tempo, este modelo se une a uma hierarquia implícita entre as pessoas que conhecem mais a fundo o FCP e as que não. Há, assim, um déficit de gestão e de acesso à informação que impede pessoas desse segundo grupo de aprofundem seu envolvimento no FCP. A competência técnica para sentir-se capaz de participar é um importante motivador (Cavalcante *et al*, 2021). A literatura indica que estratégias de organização do diálogo e da propositura de ideias pode aumentar o equilíbrio no envolvimento, sem concentrar todo o trabalho a uns poucos mais comprometidos (Brune; Magedanz, 2017).

Neste sentido, a ainda incipiente estrutura do grupo, aliada ao seu misto entre horizontalidade e concentração de informações e poder pode gerar uma Sobrecarga às figuras de liderança do grupo. Isso porque ainda muitos processos competem exclusivamente às líderes, ao passo que outros participantes estejam presentes nas atividades mais para aumentar os números. Por conseguinte, a horizontalidade do grupo nos moldes atuais dificulta a distribuição e delegação de tarefas, o que impacta negativamente em outros fatores motivadores como Pertencimento e Responsabilidade. Evidências disso podem ser encontradas no grupo virtual de troca de mensagens do FCP, onde muitas vezes as líderes encaminham a necessidade de pessoas para comparecer a alguma reunião ou tarefa e muitas pessoas deixam de responder e comparecer (Figura 6).

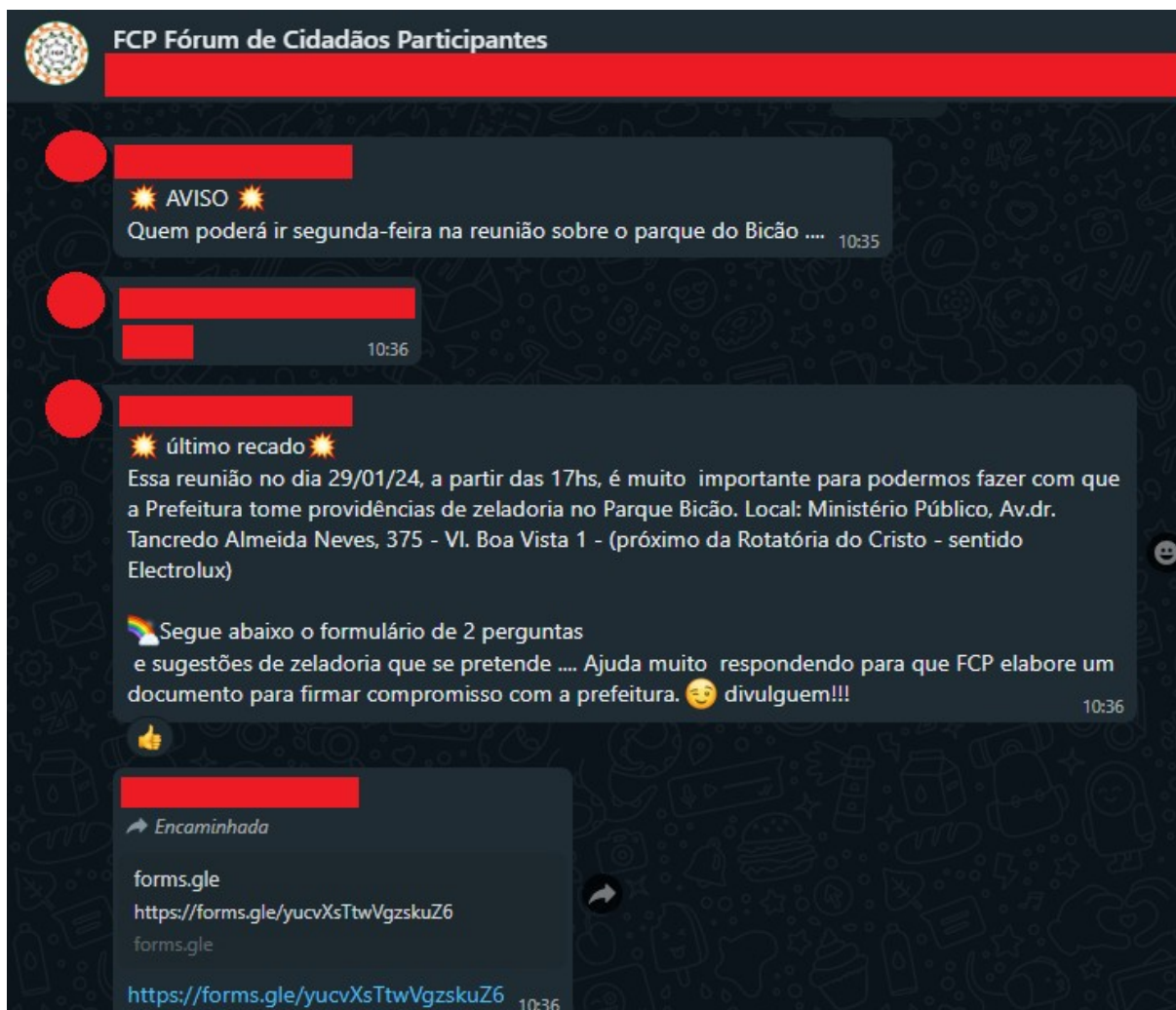


Fig. 6: Captura de tela do grupo de troca de mensagens demonstrando que apenas uma pessoa respondeu ao comunicado; a mensagem dela foi censurada em sua totalidade pois ela havia encaminhado seu próprio nome para registrar seu compromisso de presença. Fonte: autoria própria.

Concomitantemente, a concentração de informações e poder de tomada de decisões pode afastar quem gostaria de participar mais efetivamente mas talvez não sinta confiança para tal. Junta-se a isto que a prospecção de novas atividades pro grupo partem da liderança e, por vezes, as pessoas são comunicadas próximo do momento combinado para as atividades, o que também impede com que os números de participantes se fortaleçam. Como muitas destas ações são organizadas entre as líderes, as pessoas se encontram por vezes sem saber do que se tratam determinadas atividades. A concentração de tarefas, portanto, pode diminuir a percepção de participação das outras pessoas (Ventorini; Paes; Marchiori, 2019).

Todos estes fatores, além de desmotivar os participantes, também pode desmotivar as lideranças. Em diversas conversas, ao pesquisador foi dito o quanto sentem-se sobrecarregadas, o quanto isto desmotiva a continuar por sentir estar *carregando o grupo nas*

*costas* e fazendo tudo sozinhas. Porém, não é apenas a partir da delegação de tarefas que este problema seria resolvido: todo o grupo precisa passar por uma revisão profunda de papéis e estrutura organizacional para que o funcionamento seja favorável a uma distribuição de tarefas e relação de poder equitativas e claras. Estrutura aqui não significa institucionalização, mas tão somente um processo interno de consenso e ciência.

Não necessariamente estes processos desmotivadores se dão a partir de má-fé das lideranças. Porém, por suas características já discutidas na subseção 5.1.1 Fatores Motivadores: Sociabilidade, deu-se de forma natural que elas estivessem à frente das discussões e se comprometessem com mais do que eram capazes de realizar sozinhas. A principal questão para o FCP aqui é que as lideranças não acreditem que as pessoas enxergarão seu estresse e voluntariamente participarão de mais tarefas. Este processo deve ser gerido na direção de uma estrutura organizacional clara que atenda às necessidades de delegação e distribuição de responsabilidades.

### **5.1.6 Fatores Desmotivadores: Política**

A Opacidade de informações e a Burocracia para se chegar a elas e às decisões em geral do poder público são fatores complementares desmotivadores de membros do FCP e de movimentos em geral (Sabioni; Ferreira; Reis, 2018). Em conversas, foi relatado o quanto, apesar de comparecerem em um número expressivo de reuniões, audiências e encontros promovidos pelo poder público local, há ainda dificuldades em entender tudo o que se discute nesses espaços. Essa opacidade representa um entrave à participação à medida que, mesmo que as pessoas estejam presentes nas discussões, elas não estão capazes de tomar decisões bem embasadas e refletidas.

Isto desmotiva com que as pessoas sigam participando. No caso do FCP, representa até um repressor de autoestima, ao fazer a pessoa duvidar se *devia estar entendendo tudo ou se sou meio perdida mesmo*. Este fator indica uma necessidade urgente de que o poder público empenhe maiores esforços para a contextualização das discussões em seus encontros, sob o risco de impactar a saúde mental dos participantes.

Há relação entre este fator e a Burocracia percebida na tomada de decisão. Esses fatores se complementam ao passo que o distanciamento entre uma reunião e a tomada de decisão percebido pelos participantes dificulta o entendimento geral de como o processo funciona e para onde as informações fluem, aumentando a opacidade total. Para os participantes, há muitos caminhos entre a participação e as decisões tomadas, potencializando

o sentimento de que não há compromisso do poder público para com o cumprimento das demandas cidadãs. Uma participante compartilhou, em uma viagem de carro, seu desânimo para se envolver em voluntariados pela excessiva burocracia que encontrou em certa oportunidade para fazer uma doação que *era a coisa mais simples, só pegar e levar lá*.

Outro fator, Desunião, diz respeito à base participativa, e sua “baixa capacidade de organização” para objetivos comuns (Boito Júnior, 2018, p. 296). Para membros do FCP, há uma grave fragmentação de forças já discutida anteriormente como fator motivador. Aqui, porém, analiso o lado negativo deste elemento. Talvez de forma mais enfática que seu aspecto positivo, a dificuldade de diálogo entre os diferentes grupos de interesse, principalmente os populares, faz com que os desafios ambientais sejam percebidos pelo FCP como de grande dificuldade. Em campo, este foi identificado como um dos maiores problemas percebidos pelos membros, citado em várias ocasiões em tom de reclamação, pois *fica cada um no seu canto, cuidando das suas questões, mas se juntasse toda essa galera pra fazer o bem, nossa!*.

Para o FCP, esta fragmentação de forças representa empecilhos ao diálogo, à troca de informações confiáveis, à ação organizada, à pressão ao poder público, à integridade e honestidade de interesses e da disputa política, ao alcance de objetivos e outros aspectos de mobilização popular contra a degradação ambiental e da qualidade de vida. Neste sentido, a Conceituação de "política" também contribui para a intensificação desta percepção.

Por muitos membros entenderem a política como um espaço de faturamento ilícito, oportunismo e obtenção de privilégios, ter de passar por um processo participativo formal pode gerar desconfiança e posturas por vezes defensivas ou ofensivas. Ao contrário do que ocorre com a interpretação da política como arena nos fatores motivadores, aqui a política partidária é vista como uma construção deliberada de empecilhos ao atendimento dos interesses dos cidadãos. A ênfase é dada às figuras políticas, aos esquemas de corrupção, aos processos burocráticos e outros aspectos comprometedores da função pública do Estado.

Por isso, a Proximidade com o poder público pode ser um fator desmotivador. Muitas pessoas conhecem com certa proximidade personagens do poder público local, em especial do legislativo. A partir deste conhecimento, estas pessoas podem ser tachadas como *falsas, fingidas, oportunistas*, dentre outros caracteres que remetem ao aproveitamento das *brechas* políticas acima analisadas. Assim, não são incomuns falas como *precisamos cobrar por [determinada coisa], mas [fulano] é responsável por isso ou prometeu isso e já sabemos como é*. As pessoas, a partir disso, desconfiam dos compromissos firmados com representantes do poder público, por muitos desses *terem rabo preso* com interesses privados

e o ganho pessoal. A incredibilidade em figuras políticas locais é tema já tratado na literatura, o qual pode ser inclusive fator motivador de ação coletiva (Bodart, 2016).

Apesar de haver grande convergência entre os fatores observados nesta pesquisa e a literatura, podendo-se utilizar estes fatores como orientadores para engajamento em organizações e movimentos sociais, há que se atentar que organizações, mesmo que pertencentes à mesma categoria, são necessariamente diferentes entre si e, portanto, experimentarão desafios diferentes, orientadas por valores diferentes (Prysmakova, 2019).

Um aspecto de interesse, porém, é o fato de que foram identificados mais fatores motivadores em relação aos desmotivadores. Uma possível análise disto indica que a já consolidada experiência das pessoas em outros movimentos e associações reflete em sua capacidade de lidar com os desafios colocados pela organização coletiva. Além disso, o perfil otimista, extrovertido, animado de muitas pessoas pode ter influenciado grandemente em suas percepções daquilo que as motiva ou não, colocando mais ênfase no primeiro caso.

As análises empreendidas nesta pesquisa, partindo-se das democracias deliberativa e comunicativa, reflete na prática elementos da teoria. Em primeiro momento, verificou-se em campo a importância da liberdade comunicativa conforme definida na seção 2 deste trabalho. Não apenas frente a diferentes atores sociais e agentes públicos do contexto municipal, mas também em meio a participantes do mesmo grupo, a liberdade comunicativa mostrou-se essencial para a efetividade das comunicações. Não por acaso, os resultados demonstraram grande relevância da prática comunicativa mal desempenhada para a desmotivação de membros.

O ponto de destaque, porém, se revela na ancoragem da teoria da democracia comunicativa no real experienciado pelo pesquisador. Assim como Young complementa a teoria deliberativa de Habermas enfocando os elementos cotidianos, emotivos e reais da experiência humana na participação, a pesquisa de campo ofereceu potentes observações destes aspectos em jogo na prática democrática. A própria motivação é relativa a este campo conceitual.

A experiência de campo para a realização deste trabalho demonstrou, durante o processo participativo, a existência de emoções, sentimentos, paixões, vulnerabilidades, confissões, maquinações e reflexões. Estes elementos foram facilitadores do estabelecimento de uma realidade comunicativa que transcende os limites do discurso institucional. Sem isto, uma etnografia dos sentimentos dos participantes não teria sido possível.

Os resultados abrem perspectivas para pesquisas futuras. Com esta metodologia, não foi possível analisar os fatores que afastam as pessoas não participantes do grupo, apesar de

fazerem parte ao menos do espaço de troca de mensagens. Além disso, também não permitiu a investigação dos fatores de influência no recrutamento de novos membros e as dificuldades associadas. A não utilização de uma metodologia de pesquisa documental deixou de fora, ainda, os fatores relacionados às instituições de São Carlos no processo participativo.

## **5.2 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA**

O primeiro elemento de revisão, no caso de seguir-se estas recomendações, está na estrutura organizacional do FCP. Conforme demonstrado nas observações analisadas anteriormente, a forma como o grupo se organiza para distribuir (ou não distribuir) tarefas provoca conflitos, sobrecarga e estresse. Por isso, ela é considerada fator-chave para um funcionamento mais fluido e orgânico, que permite com que as atividades sejam desempenhadas e acompanhadas mais eficientemente (Figura 7).

Assim, recomenda-se para este fator determinar papéis dentro do grupo, explicitar as funções de cada um destes papéis e distribuir essas funções dentre os membros. Estes procedimentos permitem que as tarefas prospectadas para o FCP não sejam vagas, sem pessoas responsáveis e por isso fiquem em suspensão até que sejam realizadas às pressas pelas mesmas pessoas que atuam na liderança e mobilização do grupo, sobrecarregando-as. Funções como representação externa, gestão de pessoas, gestão de projetos, dentre outras, poderiam se beneficiar de uma compartimentalização mais ou menos setorizada para maior clareza quanto às necessidades do grupo e as pessoas responsáveis por gerenciá-las e assessorá-las.

Dito isto, há outro fator fundamental para que a sugestão acima tenha sucesso: o estabelecimento de procedimentos padronizados para a tomada de decisão. A setorização de funções exige que o grupo se reúna periodicamente para contemplar e dialogar a respeito das ações recentes e futuras, de maneira com que todos tenham ciência do funcionamento interno e participem das decisões sobre como agir frente as atividades cotidianas e extraordinárias. A atenção para este fator é especialmente relevante no caso do FCP, visto seu funcionamento fortemente marcado pela horizontalidade, ao menos nominalmente.

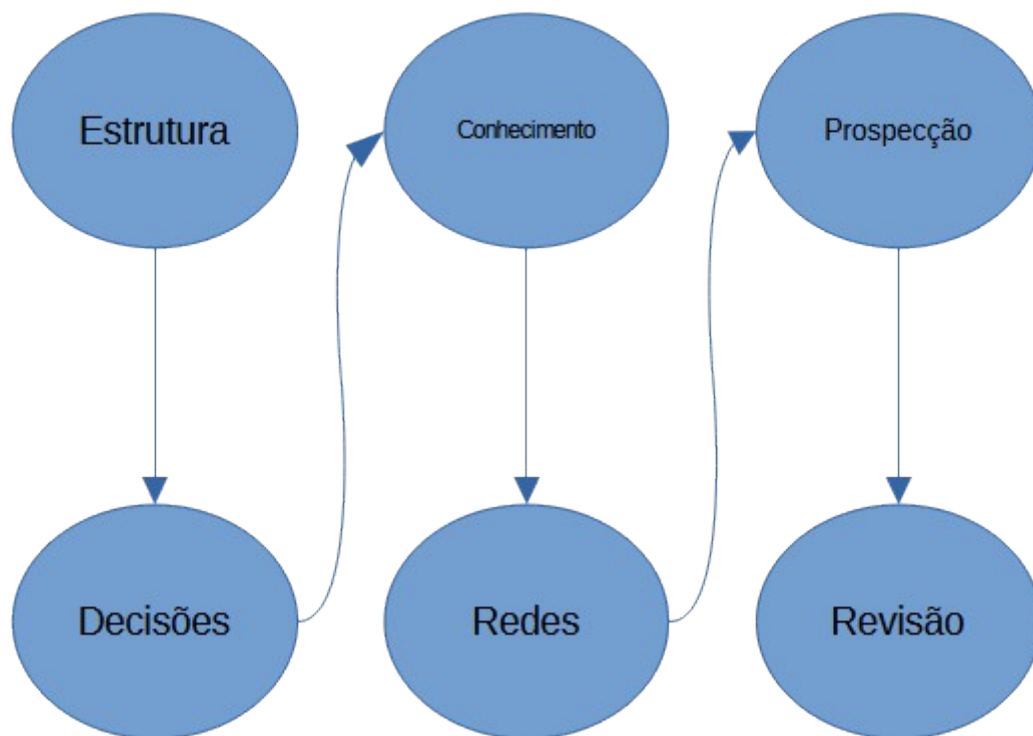


Fig. 7: Etapas das recomendações para otimização do funcionamento do FCP. Fonte: autoria própria.

Em seguida, recomenda-se a atenção para a gestão do conhecimento do grupo. Ou seja, organizar o que cada pessoa conhece em relação ao poder público local, os atores, os processos e como cada forma destes conhecimentos poderia contribuir para o fortalecimento das ações do FCP. A partir disto, seria facilitada a mobilização das redes com as quais o grupo se liga à política local. As redes aqui são tanto aquelas de sociabilidades, ou seja, as conexões entre o grupo e os atores, mas também as digitais. Nessa medida, a gestão destas redes de maneira organizada e sistemática potencializaria o alcance do grupo e suas atividades.

Uma vez organizadas as redes, chega o momento de ativamente utilizá-las para provocar os atores a se envolverem com as questões ambientais relevantes para o FCP. Assim, o planejamento da prospecção de novos membros (inclusive mais jovens para fortalecimento da intergeracionalidade), novos problemas, eventos, editais, audiências e outros elementos entra necessariamente como um fator importante de fortalecimento dos fatores motivadores analisados. A constante entrada de material e de projetos para o grupo trabalhar evita com que as pessoas percam engajamento progressivamente ao se sentirem *paradas*.

Finalmente, a etapa de revisão remete a todas as anteriores (Figura 1), sinalizando a necessidade de que o processo de adaptação e reestruturação deva sempre ser finalizado com uma revisão geral do seu andamento e avaliação dos resultados. Isso permite um

entendimento abrangente do funcionamento do grupo e a sua constante atualização conforme as necessidades presentes. De maneira geral, estas notas refletem procedimentos de avaliação do funcionamento do FCP, levando sempre em conta os fatores motivadores e desmotivadores analisados. Parte-se do pressuposto, aqui, de que a maior organização do grupo, suas tarefas e relações supre as carências refletidas pelos fatores desmotivadores e fortalecem os fatores motivadores.

## 6. CONCLUSÕES

Há relação intrínseca entre cidades, direito ao espaço público, cidadania e participação política. Destaca-se a importância do direito à cidadania ligado ao planejamento urbano e à participação política como instrumento para moldar as cidades. A participação política é, portanto, essencial para a democracia, estendendo-se para além do sufrágio, mas abrangendo também a capacidade das pessoas de influenciar o espaço em que vivem.

A participação social é dividida em cívica e política, sendo a primeira mais voltada para ações comunitárias e a segunda focada em questões políticas e mudanças sociais. A relevância da participação social, com foco para a política, nas cidades é destacada devido aos conflitos de interesses entre diferentes atores sociais no processo de planejamento urbano.

Neste cenário, o Estado democrático é central na organização da vida pública, dada a necessidade de uma ordem política baseada em direitos fundamentais. A democracia deliberativa é apresentada como uma via para alcançar resultados racionais e equitativos, mas enfrenta desafios, incluindo a homogeneização do processo deliberativo. Por isso, a democracia participativa, ou um modelo que combine elementos participativos e representativos, pode contribuir para a promoção de tais direitos.

No contexto brasileiro, a participação direta é prevista constitucionalmente, buscando uma democracia participativa. No entanto, o texto destaca desafios, como a crise na participação brasileira após 2013 e a erosão da capacidade de legitimação do sistema político. A indiferença e a falta de participação aparecem, neste contexto, como estratégias políticas. A motivação para participar é, portanto, fundamental para o envolvimento cidadão na tomada de decisões. Ela é complexa e multifatorial, influenciada por fatores como faixa etária, escolaridade, religião, pertencimento a grupos sociais, entre outros.

A pesquisa encontrou um total de 29 fatores que afetam a motivação para participar das pessoas do FCP, dentre os quais 19 são motivadores e 10, desmotivadores. Os fatores encontrados mostraram-se interligados e complementares, organizados em três categorias:

Sociabilidade, Organizacional e Política. Na seção 5.3 os fatores foram descritos em detalhes, com seus contextos de observação e seus efeitos potenciais sobre a motivação para participar do grupo.

Os motivadores identificados foram nomeados Extroversão, Redes de sociabilidades, Mobilização comunitária, Capital social, Compromisso, Capacidade de mobilização, Intergeracionalidade, Cultura organizacional, Pertencimento, Responsabilidade, Liderança, Impacto nas redes sociais, Proximidade com o poder público, Mídiatização e visibilidade, Facilitadores, Inspiração, Desunião, Bottom-up e Conceituação. Os fatores desmotivadores encontrados, por sua vez, foram nomeados Vergonha, Comunicação, Fundação, Horizontalidade, Sobrecarga, Proximidade com o poder público, Opacidade, Desunião, Burocracia e Conceituação.

Quando comparados com a literatura, os fatores identificados mostram grande convergência com outros estudos de caso. Torna-se possível, portanto, extrapolar com os devidos cuidados as recomendações construídas para o fortalecimento dos fatores motivadores e a superação dos fatores desmotivadores. Porém, há de se frisar que muito daquilo observado em campo e analisado neste trabalho reflete experiências particulares tanto do grupo quanto do pesquisador, vez que organizações do mesmo campo não necessariamente são idênticas em termos de valores e desafios.

As contribuições da pesquisa para o caso do engajamento no FCP resultaram em seis passos esquematizados, sugerido a fim de ir de encontro com os principais fatores desmotivadores observados e, simultaneamente, fortalecer os fatores motivadores. Isto foi possível graças à grande interdependência entre ambas as categorias de fatores e entre os fatores de uma mesma categoria. Os passos sugeridos são, então: Estrutura (relacionado à distribuição de tarefas), Decisões (relacionado à comunicação e à tomada de decisões pelo grupo), Conhecimento (relacionado à gestão do conhecimento e de estratégias de ação possíveis), Redes (relacionado ao capital social do grupo), Prospecção (relacionado à busca por novas oportunidade de ação e de membros) e, finalmente, Revisão (relacionado à avaliação periódica sobre a satisfação com o funcionamento do grupo).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, C.; SOUSA, M. C. C.; OLIVEIRA, C. M. Participação popular e perversão do direito: estudo das alterações do Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Fronteiras*, v. 11, n. 1, 2022.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**. v. 35, n. 4, 1969.

AVRITZER, L. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **OPINIÃO PÚBLICA**, v. 23, n. 1, 2017.

AVRITZER, L. The double crisis of representation and participation in Brazil. **Journal of Representative Democracy**, v. 55, 2019.

BEETHAM, D. **Democracy and Human Rights**. Malden: Polity Press, 1999.

BACK, A. G.; GIULIO, G. M.; MALHEIROS, T. F. Desafios para a transformação urbana sustentável em São Paulo: visões, interesses e demandas em disputas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 1, 2022.

BERND, D. C. *et al.* Antecedentes do Compromisso com as Metas Orçamentárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, 2022.

BERTOLINI, Jeferson. O homem elogiável: uma experiência antropológica de autoemagrecimento a partir do jornalismo de TV sobre saúde. **Revista Observatório**, v. 6, n. 1, 2020.

BEZERRA, J. C. V.; GOUVEIA JUNIOR, A.; CAVALCANTE, C. E. Motivação para coprodução do bem público: reflexões conceituais e apontamentos de pesquisa. **RASI**, v. 8, n. 2, 2022.

BODART, C. N. Contribuições da Teoria dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social para o estudo da cooperação entre sociedade e poder público local. **Revista Sociais e Humanas**, v. 29, n. 3, 2016.

BOITO JÚNIOR, A. Por que foi fraca a resistência ao golpe de 2016? *In: Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Editora da Unicamp/Editora da Unesp: Campinas/São Paulo, 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUNE, L.; MAGEDANZ, A. Impactos da estratégia *World Café* em um curso técnico em Administração: motivação, participação e aprendizado em sala de aula. **Cadernos de Educação**, n. 58, 2017.

BUZDAR, M. A.; FATIMA, T. Frustration and motivation towards political participation in Muslim and non-Muslim young students in Pakistan. **Asian Journal of Comparative Politics**, v. 7, n. 4, 2022.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociol. Antropol.**, v. 11, n. 2, 2021.

CARVALHO, L. D.; SEIXAS, E. C.; SEIXAS, P. C. A infância urbana nas ciências sociais: problemáticas e desafios metodológicos. **Civitas**, v. 23, n. 1, 2023.

CARPENTIER, N. Beyond the Ladder of Participation: An Analytical Toolkit for the Critical Analysis of Participatory Media Processes. **Javnost – The Public**, v. 23, n. 1, 2016.

CAVALCANTE, V. C. Q. *et al.* Avaliação da motivação de escolares à participação de jogos interclasse de escola pública municipal em Fortaleza – CE. **Revista IMPA**, v. 2, n. 2, 2021.

CERASOLI, J. F. Projetos urbanísticos, planos eugênicos: prescrições implícitas. *In*: NAXARA, M.; MARSON, I.; BREPOHL, M. **Indiferenças**: percepções políticas e percursos de um sentimento. São Paulo: Intermeios, 2015.

CHEN, C.; BAI, Y.; WANG, R. Online political efficacy and political participation: A mediation analysis based on the evidence from Taiwan. **new media & society**, v. 21, n. 8, 2019.

DÁVILA, M. C.; ZLOBINA, A.; ÁLVAREZ-HERNÁNDEZ, G. Young People's Social Engagement: Personal Motivations and Social Networks. **Voluntas**, v. 33, n. 1, 2022.

EMPINOTTI, V. L. E se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do comitê de bacia do rio São Francisco. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 1, 2011.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução Paula Siqueira. **cadernos de campo**, n. 13, 2005.

FCP SÃO CARLOS. **Já conhece o Fórum de Cidadãos Participantes de São Carlos?**. São Carlos, 4 jul 2023. Instagram: @fcp.saocarlos. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/CuPPQe2A21F/utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==](https://www.instagram.com/p/CuPPQe2A21F/utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==)>. Acesso em: 08 ago 2023.

FCP SÃO CARLOS. **Cidadania Participativa**. São Carlos, 23 jan. 2024. Instagram: @scforumdecidadaosparticipantes. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/C2dRvj7gQQB/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWF1ZA==](https://www.instagram.com/p/C2dRvj7gQQB/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWF1ZA==)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FISCHER, F. Citizen participation and the democratization of policy expertise: From theoretical inquiry to practical cases. **Policy Sciences**, v. 26, n. 1, 1993.

FREITAS, E. C. B.; SPIEGEL, C. N. Relato de experiência e investigação de aplicação de um personagem fictício como método na aprendizagem de Anatomia Humana. **Rencima**, v. 13, n. 4, 2022.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995.

JACOBSEN, R.; CASALASPI, D. If Someone Asked, I'd Participate: Teachers as Recruiters for Political and Civic Participation. **Journal of Adolescent Research**, v. 33, n. 2, 2018.

KARHAWI, I. Notas teóricas sobre influenciadores digitais e Big Brother Brasil Visibilidade, autenticidade e motivações. **E-Compós**, v. 24, 2021.

KARL, K. L. Motivating Participation Through Political Ads: Comparing the Effects of Physiology and Self-reported Emotion. **Political Behaviour**, v. 43, n. 1, 2021.

KERRISSEY, J.; WILKERSON, T.; MEYERS, N. The Political and Civic Lives of Public Sector Workers: Unions and "Public Service Motivation". **Sociological Forum**, v. 36, n. 1, 2021.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, v. 67, 2006.

LIMA, F. J. G.; SOBOTTKA, E. A. A democracia comunicativa de Young como complemento à democracia deliberativa de Habermas. **Educ. Pesqui.**, v. 46, n. 1, 2020.

LOPES, M. F. *et al.* Dificuldades intraescolares na efetividade do projeto de cultura de paz. **Cogitare enferm.**, v. 24, 2019.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 27, 2018.

MARTINS, T. A.; NUNES, J. A.; DIAS, I.; MENEZES, I. Engagement in civic organisations in old age: Motivations for participation and retention. **Journal of Aging Studies**, v. 59, n. 1, 2021.

OLIVEIRA, C. M.; LOPES, D.; SOUSA, I. C. N. Direito à participação nas políticas urbanísticas: avanços após 15 anos de Estatuto das Cidades. **urbe**, v. 10, n. 2, p. 322-334, 2018.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 23, n. 3, 2017.

PHOENIX, D. L. Black Hope Floats: Racial Emotion Regulation and the Uniquely Motivating Effects of Hope on Black Political Participation. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 8, n. 2, 2020.

PRYSMAKOVA, Palina. Understanding relationships between public service motivation and involvement in sociopolitical organizations: Perspectives of organizational field theory. **Public Administration**, v. 97, n. 1, 2019.

QUINTÃO, T. T. Democracia participativa e deliberativa: congruência ou modelos em disputa? **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 16, n. 26, 2014.

SABIONI, M.; FERREIRA, M. A. M.; REIS, A. O. Racionalidades na motivação para a participação cidadã no controle social: uma experiência local brasileira. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, 2018.

SANTOS, H. S.; RIBEIRO, P. C. Comunicação Interna e Cultura Organizacional: Revisão de Literatura. **Interações: Sociedades e as Novas Modernidades**, v. 44, 2023.

SASAKI, F. Does Internet use provide a deeper sense of political empowerment to the less educated? **Information, Communication & Society**, v. 20, n.10, 2016.

SILVA, D. M.; KEMER, T.; MONT'ALVERNE, C. O poder democrático do ensino superior: associação entre escolaridade e adesão à democracia na cidade de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, 2023.

TAVARES, G. U. *et al.* Análise *Bottom-up* do Nexus Água-Energia-Alimento na Amazônia Oriental. **Revista de Geografia**, v. 40, n. 2, 2023.

VENTORINI, C. C.; PAES, C. O.; MARCHIORI, D. M. O impacto da participação e da motivação na satisfação com o trabalho: evidências do setor público. **Pretexto**, v. 20, n. 3, 2019.

VESTBY, Jonas. Climate variability and individual motivations for participating in political violence. **Global Climate Change**, v. 56, n. 1, 2019.

WYATT, M.; DOLDOR, E.; TRESH, F. To be or not to be political? Racialized cognitive scripts and political motivation. **human relations**, v. 76, n. 7, 2023.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. Tradução: Alexandre Morales. **Lua Nova**, v. 67, 2006.